

Demonstrações Contábeis

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativas 8, a Companhia possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas, no montante de R\$ 14.171.772. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“Covenants”).

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de financiamentos, e suas alterações e recalculamos os índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants qualitativos. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 8.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”), que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador CRC-1SP292795/O

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.739	323.540
Conta de Energia - CER	5	949.943	691.154
Contas a receber	6	255.605	233.047
Impostos a recuperar	-	5.563	5.560
		<u>1.250.850</u>	<u>1.253.301</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	-	398.152	262.140
Conta de energia - CER	6	880.301	336.855
Aplicações financeiras (Caixa Restrito)	3	504.507	431.573
Imobilizado	7	22.550.442	22.539.603
		<u>24.333.402</u>	<u>23.570.171</u>
Total do ativo		<u>25.584.252</u>	<u>24.823.472</u>

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Debêntures	8	1.763.925	1.055.299
Fornecedores	-	115.855	134.145
Obrigações tributárias	-	202.184	90.913
Dividendos a pagar	9	341.030	341.030
Outras contas a pagar	-	12.415	750
		2.435.409	1.622.137
Não circulante			
Empréstimos de partes relacionadas	9	6.979.484	6.849.484
Impostos parcelados	-	150.249	-
Dividendos a pagar	9	43.674	-
Debêntures	8	12.407.847	12.958.843
		19.581.254	19.808.327
Patrimônio líquido			
	11		
Capital social		2.800.000	2.800.000
Reserva legal		69.155	58.242
Reserva de lucros		698.434	534.766
		3.567.589	3.393.008
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.584.252	24.823.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	12	4.228.624	4.052.762
(-) Custo dos serviços prestados	13	(940.007)	(838.905)
(=) Lucro Bruto		3.288.617	3.213.857
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(364.898)	(307.701)
Despesas tributárias	13	(18.224)	(210.907)
		(383.122)	(518.608)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.905.495	2.695.249
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	15.708	15.988
Despesas financeiras	14	(2.645.942)	(1.978.382)
		(2.630.234)	(1.962.394)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		275.261	732.855
Imposto de renda e contribuição social – sobre receita faturada	15	(83.967)	(91.052)
Imposto de renda e contribuição social – sobre receita não faturada		26.959	(1.968)
Imposto de renda e contribuição social – sobre receita faturada			
Lucro de Exercício		218.253	639.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>218.253</u>	<u>639.835</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>218.253</u></u>	<u><u>639.835</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos/Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.800.000	26.250	336.637	-	3.162.887
Lucro líquido do exercício	-	-	-	409.033	409.033
Destinação do lucro dividendos a pagar	-	-	-	(178.912)	(178.912)
Reserva de retenção de lucros	-	-	198.129	(198.129)	-
Reserva legal	-	31.992	-	(31.992)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.800.000	58.242	534.766	-	3.393.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	218.253	218.253
Destinação do lucro dividendos a pagar	-	-	-	(43.672)	(43.672)
Reserva de retenção de lucros	-	-	163.668	(163.668)	-
Reserva legal	-	10.913	-	(10.913)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.800.000	69.155	698.434	-	3.567.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	218.253	639.835
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais		
Depreciação	497.696	479.095
Juros sobre debêntures	2.491.987	1.858.810
Rendimento de aplicação financeira	(14.911)	15.953
Custos de transação de debêntures	76.834	76.834
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Conta de energia – CER	(802.236)	(1.258.811)
Contas a receber	(22.558)	773.205
Impostos a recuperar	(3)	(2.711)
Depósitos judiciais	(136.012)	(126.385)
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Impostos parcelados	(358.285)	-
Fornecedores	(18.290)	30.000
Obrigações tributárias	186.308	90.913
Outras obrigações	11.668	(47)
	2.130.451	2.576.691
Imposto de renda e contribuição social pagos	(75.037)	(98.626)
Pagamento de juros sobre debêntures	(1.228.511)	(1.214.000)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	826.903	1.264.065
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações investimentos	(63.000)	810.247
Resgates investimentos (caixa restrito)	4.978	(371.100)
Aquisição de imobilizado	-	(53.980)
Caixa gerado pelas/ (consumido pelas) atividades de investimentos	(58.022)	385.167
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimo de partes relacionadas	130.000	(100.000)
Pagamento de principal debêntures	(1.182.682)	(1.227.641)
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos	(1.052.682)	(1.327.641)
(Decréscimo)/acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(283.801)	321.591
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	323.540	1.949
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	39.739	323.540
(Decréscimo)/acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(283.801)	321.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de outubro de 2015, e é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua sede está localizada na Rodovia TO-110, km 23, Loteamento Ribeirão Bonito Lote ¾ - B, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins.

Em 17 de novembro de 2016, por meio do despacho nº 3000, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL habilitou a Companhia, no leilão nº 03/2016-ANEEL, que licita a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir das fontes solar fotovoltaica e hidrelétrica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em 7 de março de 2017, por meio da Portaria nº 84, obteve autorização do Ministro de Estado de Minas e Energia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Ribeirão Bonito, Município de Ponte Alta do Bom Jesus, Estado do Tocantins, nas Coordenadas Planimétricas E=355256 m e N=8680900 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Palmeiras, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.TO.035747-2.01, com 2.750 kW de capacidade instalada e 1.470 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma Unidade Geradora.

O início do período de suprimento de energia elétrica estava previsto para 1º de março de 2020, conforme estabelecido no CER - Contrato de Energia de Reserva, datado de 8 de fevereiro de 2017, sendo que foi antecipado para 13 de maio de 2018, em decorrência da entrada em operação comercial da unidade geradora, dessa forma o suprimento operou em regime de antecipação até 29 de fevereiro de 2020, com energia contratada por 30 (trinta) anos, sendo a receita da venda paga no âmbito da Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a R\$214,00 (preço de venda na data do leilão).

COVID-19

Em 11 de março de 2020 a OMS-Organização Mundial de Saúde emitiu declaração de pandemia do coronavírus, desencadeando, iniciativas de contenção da transmissão e medidas emergenciais de saúde pública bem como maior ação por parte dos governantes e da sociedade civil para combate à pandemia.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

COVID-19--Continuação

Foram então deflagradas, inclusive no Brasil, ações de controle de aglomerações, evitando-se atividades com participação de alto contingente de pessoas, bem como a restrição de circulação de indivíduos, mas até então sem a paralisação das atividades econômicas de produção de bens e consumo.

A Companhia, por sua vez, antecipando-se às ações de controle e contribuindo com a saúde de seus colaboradores e com a saúde pública, buscou partir de 16 de março de 2020, reconduzir suas atividades com seu corpo funcional de colaboradores e terceirizados para uma atividade coordenada à distância - o chamado *Home Office*. Em julho de 2020, após adequações nas instalações e implantações de medidas de distanciamento social no ambiente laboral, parte dos colaboradores voltou a exercer suas funções na forma presencial. Não foi possível a implantação do *Home Office* na área operacional da central geradora dada as dificuldades de comunicação na região onde estão localizadas as instalações.

A administração da Companhia entende que o momento é muito delicado para todos, mas que eventuais impactos nas atividades econômicas, pela contenção das atividades dos indivíduos em sociedade, não afetaram em 2021 nem afetarão nos próximos meses e anos a continuidade das atividades de geração e comercialização de energia, tendo em vista que a energia elétrica é fundamental para o dia a dia das pessoas, empresas e órgãos governamentais, e continuará a ser demandada para a continuidade das ações de consumo, investimentos e produção de itens para toda a sociedade. A administração entende que seus contratos vigentes e de longo prazo de entrega de energia continuarão sendo mantidos, seus ativos de geração continuarão em atividade e com geração de riquezas e não são esperadas perdas em instrumentos financeiros.

Portanto, no que se referem às informações contábeis, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para uso pela Administração em 31 de março de 2021.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação (Declaração de conformidade)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis apresentadas nas notas explicativas são:

- (a) Conta de energia – CER (nota 6)
- (b) Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- (c) Análise de redução ao valor recuperável (nota 7);
- (d) Provisões para Contingências (nota 10).

No momento a Companhia não possui registrado contabilmente qualquer estimativa contábil.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- *Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;*
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

3.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

i) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com os preceitos do laudo de avaliação elaborado por especialistas para fins de determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, substancialmente, a vida útil-econômica dos ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

3.3. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.3. Receitas de venda de energia elétrica--Continuação

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida atualmente na modalidade CER – Contrato de Energia de Reserva o qual é registrado junto a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato CER; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

3.4. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.4. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.4. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

3.5. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, aos quais a companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

3.5. Novas normas e interpretações--Continuação

a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeira (caixa restrito)

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1.641	1.641
Banco conta movimento	1249,72	1.668
Aplicações financeiras	36.848	320.231
	39.739	323.540

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação financeira (caixa restrito) – (i)	504.507	431.573
	504.507	431.573

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeira (caixa restrito)-- Continuação

As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima a 100% (100% em 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), por prazo não superior a 90 dias, as aplicações, com exceção as de caixa restrito, podem ser resgatadas a qualquer momento.

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário, foi firmado "Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças". Como resultado a Companhia cede todos os direitos sobre a conta vinculada, incluindo seu saldo e suas aplicações financeiras, com valores mínimos pré-definidos de acordo com o contrato.

5. Contas a receber

Fornecimento de energia - CCEE (a)	<u>255.605</u>	<u>233.047</u>
	<u>255.605</u>	<u>233.047</u>

- (a) Venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, liquidadas no mês subsequente, conforme prevê o contrato de Comercialização de Energia de Reserva. A Companhia não identificou a necessidade de constituir perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.

6. Conta de Energia - CER

A Conta de Energia está prevista no CER - Contrato de Energia de Reserva e visa mitigar as incertezas relacionadas à produção de energia, nela são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia gerada e de energia efetivamente contratada. Nessa conta são contabilizados os desvios positivos e negativos de geração, em 31 de dezembro de 2021 constavam desvios positivos (Positivos em 2020), ou seja, a Companhia gerou mais do que o contratado.

Haverá dois processos de apuração do saldo acumulado da Conta de Energia, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quinquênio, sendo que no último ano de cada quinquênio, ambos os processos serão realizados.

O controle dessa conta, inicialmente, é realizado pela Companhia, em conjunto com empresa contratada para gerir o contrato de fornecimento, e ao final de cada ano contratual é confrontado com o saldo apurado pela CCEE e ao fim do quinquênio será realizada nova confrontação.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Conta de Energia - CER--Continuação

O citado contrato estabelece limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será liquidado mediante compensação ou pagamento em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no período contratual subsequente ao ano contratual.

Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até 10% de geração) serão realizados mediante pagamento de 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no 1º (primeiro) ano contratual do quinquênio seguinte, acrescido de 15% (quinze por cento).

Para os desvios anuais entre dez e trinta por cento a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento, serão reembolsadas em 12 (doze parcela) mensais uniformes no ano contratual seguinte ao preço vigente na ocasião.

Ao final de cada ano contratual a energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos acima de 30% (trinta por cento) a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento anual, será reembolsada ao gerador, em 12 (dez parcelas) mensais uniformes no ano contratual seguinte, pelo valor de 90% (noventa por cento) do preço do contrato vigente no ano contratual seguinte.

O Ano contratual para apuração da energia gerada é computado de 1º de março de cada ano a 28 (ou 29) de fevereiro do ano seguinte. A CCEE tem até 60 dias para divulgar o resultado da apuração.

Durante o exercício de 2021 a Companhia apurou o período de 01/03/2020 à 28/02/2021 onde foi produzido 145% da energia contratada. O próximo período se encerra em 2022, até 31/12/2021 a Companhia já havia atendido 152% da energia contratada.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atendeu, em relação ao montante contratado anualmente, 145,20% para o primeiro período contratual e 149,24% para o 2º período contratual. A geração que excedeu 130% foi contabilizada por 90% do preço.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta de energia – CCEE –Ativo circulante	949.943	691.154
Conta de energia – CCEE – Ativo não circulante	880.301	336.855
	<u>1.830.244</u>	<u>1.028.009</u>

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

			31/12/2021	31/12/2020
	Taxas médias anuais de depreciação (i)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terreno	-	50.000	-	50.000
Turbina	2,48%	3.098.281	(207.792)	2.890.489
Conduto	2,16%	1.552.958	(116.216)	1.436.742
Gerador	3,30%	2.233.229	(223.100)	2.010.129
Comportas	3,30%	679.071	(67.839)	611.232
Casa de Máquinas	1,65%	3.901.240	(195.452)	3.705.788
Câmara de Carga	1,65%	2.423.050	(121.395)	2.301.655
Barragem	1,65%	10.041.360	(501.435)	9.539.925
Máquinas e Equipamentos	10%	4.980	(498)	4.482
Total		23.984.169	(1.433.727)	22.550.442

(i) A Companhia utilizou os preceitos do laudo de avaliação elaborado por especialistas para fins de determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, substancialmente, a vida útil-econômica dos ativos.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Terreno	50.000	-	-	-	50.000
Turbina	2.509.259	508.534	(49.000)	(78.304)	2.890.489
Conduto	1.485.350	-	-	(48.608)	1.436.742
Gerador	2.084.495	-	-	(74.366)	2.010.129
Comportas	633.845	-	-	(22.613)	611.232
Casa de Máquinas	3.770.939	-	-	(65.151)	3.705.788
Câmara de Carga	2.342.120	-	-	(40.465)	2.301.655
Barragem	9.658.615	-	49.000	(167.690)	9.539.925
Máquinas e equipamentos	4.482	-	-	(499)	4.482
	22.539.603	508.534	-	(497.696)	22.550.442

c) Análise de redução ao valor recuperável

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não serão recuperados através de operações futuras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

Em 5 de julho de 2018, a Companhia, juntamente com o Banco Itaú BBA S.A., estruturou operação de captação de recursos através da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em seis séries, o agente fiduciário nomeado fora a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 6 de julho de 2018 foram emitidas 16.000 debêntures simples com valor nominal unitário de R\$1.000, em seis séries:

Debêntures	Quantidade de debêntures	Valor das debêntures	Vencimento final
Da 1ª série	2.855	2.855.000	30/11/2027
Da 2ª série	2.585	2.585.000	29/12/2027
Da 3ª série	2.579	2.579.000	28/01/2028
Da 4ª série	2.585	2.585.000	03/03/2028
Da 5ª série	2.556	2.556.000	29/03/2028
Da 6ª série	2.840	2.840.000	28/04/2028
	16.000	16.000.000	

O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,42% ao ano. Esta remuneração será paga semestralmente após o término do período de carência.

	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	238.937	2.145.053	2.383.990
2ª Série	237.782	2.136.488	2.374.270
3ª Série	170.794	2.345.063	2.515.857
4ª Série	157.767	2.355.786	2.513.553
5ª Série	150.265	2.260.594	2.410.859
6ª Série	176.588	2.357.882	2.534.470
	1.132.133	13.600.866	14.732.999
Custos de transação (*)	(76.834)	(642.023)	(718.857)
	1.055.299	12.958.843	14.014.142
	31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	317.942	2.038.279	2.356.221
2ª Série	328.004	2.038.423	2.366.427
3ª Série	303.394	2.284.578	2.587.972
4ª Série	286.046	2.254.027	2.540.073
5ª Série	292.932	2.094.176	2.387.108
6ª Série	312.441	2.263.553	2.575.994
	1.840.759	12.973.036	14.813.795
Custos de transação (*)	(76.834)	(565.189)	(642.023)
	1.763.925	12.407.847	14.171.772

(*) Custos incorridos em virtude da emissão das debêntures, contemplam gastos com: comissão, taxas, assessores jurídicos, registros e outros terceiros, e serão apropriados ao resultado de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.520.139
Juros incorridos	1.858.810
Custo de captação incorrido	76.834
Amortização principal	(1.227.641)
Pagamento de juros	(1.214.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.014.142
<hr/>	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.014.142
Juros incorridos	2.491.988
Custo de captação incorrido	76.834
Amortização principal	(1.182.682)
Pagamento de juros	(1.228.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.171.772

Em 2021 foram amortizados pela Companhia o valor de R\$ 2.411.192 (R\$ 2.441.641 em 2020), sendo que desse montante R\$ 1.228.511 (R\$ 1.214.000) reais foram referentes aos juros e R\$ 1.182.682 (R\$ 1.227.641 em 2020) a título de amortização do valor principal.

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures, a Companhia outorgou as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária: (a) da totalidade dos recebíveis dos contratos de energia reserva direitos creditórios; (b) dos direitos emergentes do contrato de conexão às instalações de distribuição; (c) dos direitos emergentes do contrato de fornecimentos; (d) dos direitos detidos pela Companhia sobre a conta vinculada; (e) sobre as aplicações financeiras de titularidade da Companhia;
- Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia pertencentes à ZX Participações S.A e à Capitale Participações Ltda.;
- Penhor dos equipamentos e geradores do projeto de titularidade da Companhia;
- Fiança dos garantidores;
- Fiança bancária.

Os recursos serão utilizados para reembolso ou quitação das despesas e/ou dívidas incorridas na construção e implantação dos projetos da usina hidrelétrica. O objetivo das debêntures é alongar a dívida com uma remuneração mensal para o investidor.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

O financiamento via debêntures estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida = geração de caixa da atividade / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20 a ser calculado semestralmente. Para o período findo em 31/12/2021 o ICSD foi calculado em 1,14, ou seja, o índice não foi atendido.

A cláusula 6.1.1.2., subitem XXVII. da Escritura de Debêntures estabelece que o não atingimento do ICSD constitui evento de inadimplemento que acarreta o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão, exceto caso o ICSD esteja no intervalo entre 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) (inclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e a Emissora efetue o depósito na Conta Vinculada dos recursos necessários para que o cálculo do ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta Vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do envio do relatório de verificação do referido índice.

A Companhia mantém em conta vinculada o valor necessário para que o cálculo do ICSD atinja o valor alvo de 1,20 na data base do cálculo.

A seguir a maturidade da dívida:

Ano de vencimento	31/12/2021 Saldo de Debêntures
2022	1.763.925
2023	1.949.385
2024	2.099.855
2025	2.348.487
2026	2.441.185
A partir 2027	3.568.935
	<u>14.171.772</u>

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

As relações e transações com partes relacionadas são realizadas em condições comerciais e financeiras definidas entre as partes.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo		
Empréstimos		
ZX Participações S.A. (b)	6.586.316	6.456.316
Capitale Participações Ltda. (a)	393.168	393.168
	<u>6.979.484</u>	<u>6.849.484</u>
Dividendos a pagar		
Capitale Participações Ltda (c)	384.703	341.030
	<u>384.703</u>	<u>341.030</u>
Total no passivo	<u>7.364.187</u>	<u>7.190.514</u>

- (a) Empréstimo concedido pela Capitale Participações Ltda. no período compreendido entre 7 de outubro e 27 de dezembro de 2017, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia, por meio de ingresso na sociedade. Esse montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas;
- (b) Empréstimo concedido pela acionista controladora no período compreendido entre 2016 e 2021, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia. Esse montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas
- (c) Dividendos a pagar para a acionista Capitale, foram desdobrados em R\$ 341.029 no passivo circulante e R\$ 43.673 no passivo não circulante.

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida à diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego ou outros benefícios.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contingências

A Companhia possui o processo tributário (ativo) nº 0550233-96.2018.8.05.0001, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, trata-se de Mandado de Segurança Preventivo combinado com pedido de Tutela Provisória de Urgência Antecipada impetrado contra a Superintendência de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e contra o Estado da Bahia, visando ao reconhecimento da inexigibilidade de ICMS sobre os valores pagos pelo uso do sistema de distribuição da concessionária de energia elétrica COELBA (TUSD e Subvenção CDE). O valor de ICMS foi excluído da base à época da incidência da TUSD/ CDE. O processo encontra-se concluso aguardando sentença desde 08.04.2020.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não existiam contingências passivas.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$2.800.000, dividido em 2.499.301 ações distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
ZX Participações	2.028.932	95	2.028.932	95
Capitale Participações	114.968	5	114.968	5
Total de ações ordinárias	2.143.900	100	2.143.900	100

	Preferenciais classe A		Preferenciais classe A	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Capitale Participações	355.401	100	355.401	100
Total de ações preferenciais classe A	355.401	100	355.401	100
Total das ações	2.499.301		2.499.301	

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Venda de energia elétrica - CCEE	4.317.030	4.190.316
Impostos sobre vendas	(88.406)	(137.554)
	4.228.624	4.052.762

13. Despesas por função e natureza

13.1. Despesas gerais

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação por função:		
Custos dos serviços prestados	(940.007)	(838.905)
Despesas gerais e administrativas	(364.898)	(307.701)
Despesas tributárias	(18.224)	(210.907)
	(1.323.129)	(1.357.513)

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação por natureza:		
Serviços prestados - pessoa jurídica	(145.408)	(226.246)
Despesas com cartório	-	(1.387)
Serviços prestados - manutenção	(120.721)	-
Manutenção de máquinas e equipamentos	(208.630)	(176.325)
Despesas com assessoria contábil	(11.050)	(9.840)
Despesas com seguros	(42.624)	(43.132)
Outras despesas Gerais e Administrativas	(21.831)	(38.402)
Encargos do setor elétrico	(256.945)	(172.179)
Impostos e taxas diversas	(18.224)	(210.907)
Depreciação	(497.696)	(479.095)
	(1.323.129)	(1.357.513)

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre equivalente de caixa	797	35
Rendimentos sobre aplicações financeiras	14.911	15.953
	15.708	15.988
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(2.491.987)	(1.858.810)
Custos de transação	(76.834)	(76.834)
Outras despesas financeiras	(77.121)	(42.738)
	(2.645.942)	(1.978.382)
	(2.630.234)	(1.962.394)

15. Imposto de renda e contribuição social

		31/12/2021	31/12/2020
Faturamento		3.492.200	3.704.705
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		279.376	296.376
Alíquota nominal	15%	41.906	44.456
Alíquota adicional	10%	4.345	6.585
IRPJ		46.251	51.041
Faturamento		3.492.200	3.704.705
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		419.064	444.565
Alíquota nominal	9%	37.716	40.011
CSLL		37.716	40.011
Alíquota efetiva – IRPJ		1,32%	1,48%
Alíquota efetiva – CSLL		1,08%	1,08%

A movimentação do IRPJ e CSLL é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.940
Imposto de renda e contribuição social pagos	(75.037)
Imposto de renda e contribuição social apurado	83.968
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.871

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à sua adequação pela Administração da Companhia.

Risco	Tipo de cobertura	Importância segurada	Vigência
Danos materiais		21.117.931	
Lucros cessantes	Compreensivo empresarial material	3.966.443	Mai/2021 a Mai/2022
		<u>25.084.374</u>	

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como ativos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

Notas	31/12/2021		31/12/2020		
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.739	39.739	323.540	323.540
Aplicações financeiras – Caixa restrito	4	504.507	504.507	431.573	431.573
Depósitos Judiciais		398.152	398.152	262.140	262.140
Contas de energia – CER	5	1.830.245	1.830.245	1.028.008	1.028.008
Contas a receber	6	255.605	255.605	233.047	233.047
		<u>3.028.248</u>	<u>3.028.248</u>	2.278.308	2.278.308
Passivos financeiros					

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures	8	14.171.772	14.171.772	14.014.142	14.014.142
Fornecedores		115.855	115.855	134.145	134.145
Partes relacionadas	9	7.364.187	7.364.187	6.849.484	6.849.484
		21.651.814	21.651.814	20.997.771	20.997.771

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo amortizado", o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do Pronunciamento Técnico CPC 48 para estes casos a divulgação de valor justo não são exigidas.

17.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

- a) Risco de crédito: a Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados aos bancos e às aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;
- b) Riscos de liquidez: risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;
- c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

17.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de taxa de juros (risco de mercado)--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de taxa de juros. Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC, embora as aplicações financeiras variem conforme o CDI, taxa que o mercado não projeta, foi utilizado no lugar a taxa SELIC, pois é taxa que mais se aproxima do CDI no mercado, e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e financiamentos. Abaixo a análise:

Operação	Risco	Taxa anual	Exposição	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Aplicações Financeiras	Redução da SELIC	12,25%	504.507	61.802	46.364	30.926
Debêntures	Aumento do IPCA	5,65%	14.813.794	(836.979)	(628.105)	(419.230)
				(775.177)	(581.741)	(388.304)